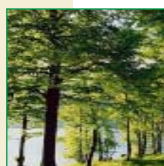
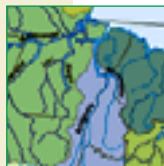


Nota Técnica

Nº 121

Março de 2007

Governo Lula investe pouco na regularização de terras indígenas



Governo Lula investe pouco na regularização de terras indígenas

A tendência declinante dos gastos do governo no “setor fundiário” indígena volta a se confirmar em 2006. A conclusão faz parte da análise feita pelo Inesc sobre o desempenho do governo no primeiro mandato do governo Lula: nesse estudo, é apresentado um balanço das despesas realizadas e das terras indígenas efetivamente declaradas e homologadas no período 2003/2006.

De 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2006, o governo federal homologou 66 Terras Indígenas e declarou outras 30 como territórios ocupados por comunidades e povos indígenas, segundo dados obtidos junto ao Instituto Socioambiental. Nesse mesmo período, conforme consulta feita nas páginas eletrônicas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o governo federal gastou cerca de R\$ 109,54 milhões com as atividades que integram o processo administrativo de regularização fundiária das Terras Indígenas.

A Constituição Federal de 1988, Artigo 231, estabelece que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. No mesmo artigo, são também definidas como “terras tradicionais” aquelas habitadas pelos povos indígenas “em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

Para analisar os gastos efetuados no primeiro mandato do governo Lula, fazendo uma comparação com o ano de 2006, realizamos a “correção” dos valores nominais dos anos anteriores (2003/2004/2005) para valores reais, utilizando, para isso, o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA/IBGE).

O gasto com a regularização fundiária das Terras Indígenas

A política de reconhecimento e regularização dos territórios indígenas está sob responsabilidade do Ministério da Justiça (MJ), sendo a Fundação Nacional do Índio (Funai) o órgão executor dessa política.¹

¹ O processo de demarcação das terras indígenas segue o disposto no Decreto 1.775/96. Ver: www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/D1775.htm Acessado em março de 2007.

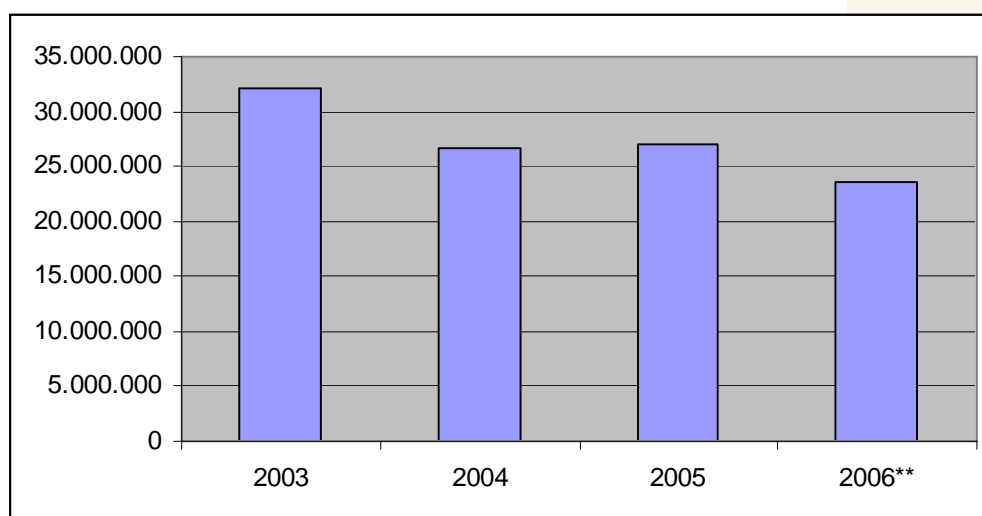
No Plano Plurianual (PPA) do governo federal, as ações destinadas a esse fim integram o Programa “Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento”. Esse programa conta ainda com a participação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável pelas ações de apoio e fomento à “gestão ambiental” nas Terras Indígenas, por intermédio da Carteira Indígena, do Fundo Nacional do Meio Ambiente e do componente Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) do Programa de Proteção das Florestas Tropicais (PPG7).

No primeiro mandato do presidente Lula (2003/2006), o governo federal gastou com ações e atividades de identificação, demarcação, homologação e registro de Terras Indígenas cerca de R\$ 109,54 milhões. Nesse total também está incluído o gasto com a ação de “Localização e proteção etno-ambiental de índios isolados e de recente contato”, que totalizou no período uma despesa de R\$ 3,21 milhões.

Como demonstra o gráfico 1, é significativo o decréscimo do gasto com as ações fundiárias da Funai, no primeiro mandato do governo Lula. Conforme especifica a tabela 1 (p. 6), os valores caíram de R\$ 32,18 milhões, em 2003, para R\$ 23, 59 milhões em 2006.

Gráfico 1:

GASTO DO GOVERNO FEDERAL COM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS TERRAS INDÍGENAS



Fonte: Câmara dos Deputados e Senado Federal/SigaBrasil

(**) Pesquisa realizada em 31/01/2007.

Os números disponíveis na tabela 1 nos permitem verificar também que, entre 2003 e 2006, o governo federal gastou com as atividades do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) cerca de R\$ 12,93 milhões, sendo 44.10% somente em 2006. Como esse projeto contou no período com recursos financeiros do Governo da Alemanha e do Banco Mundial, é possível que esse valor esteja subestimado em relação ao efetivamente gasto no projeto.

Terras Indígenas com portaria declaratória

Entre os anos de 2003 e 2006, foram assinadas 30 portarias declaratórias de limites, sendo dez (33.33%) em 2004 e 12 (40%) em 2006. Dessas 30 terras, somente três foram homologadas: (i) Barreirinha, no estado do Pará; (ii) Maraitá, no Amazonas; e (iii) Raposa Serra do Sol, em Roraima. Em termos de extensão de área declarada, essas 30 portarias totalizam 10.282.816 hectares.

O fator que mais dificulta a homologação de terras já declaradas é a pressão política, especialmente do agronegócio. A diferença entre a terra declarada e a homologada é que a primeira é fruto de um ato do Ministério da Justiça e a segunda, um decreto presidencial que representa o reconhecimento, pelo Estado, daquela Terra Indígena, o que significa uma conquista política e um compromisso maior do Estado com os direitos dos povos que a habitam.

Para os Guarani Nandeva e Kaiowá do Mato Grosso do Sul, mesmo com todos os problemas identificados e as denúncias realizadas ao longo dos últimos quatro anos, somente duas portarias foram assinadas no período, totalizando 16.659 hectares. Ou seja, um desempenho bastante aquém da demanda e da necessidade manifestada pelos povos indígenas da região em inúmeras oportunidades. A questão torna-se ainda mais preocupante se consideramos o aquecimento do “mercado de terra” na região e os interesses privados e dos governos estadual e federal em torno dos chamados biocombustíveis, principalmente os derivados da cana-de-açúcar e da soja, e a perspectiva de instalação naquele estado de usinas processadoras dessas “*commodities*” para produção de combustível.

Para a Região Amazônica, foram assinadas no período 20 portarias declaratórias, que totalizam 10.209.929 hectares, ou seja, cerca de 99.29% do total da área declarada no primeiro mandato do presidente Lula como Terra Indígena. No Pará, foram declarados como Terra Indígena 2.518.584 hectares de área. No estado do Amazonas, as 12 terras com portaria declaratória no período perfazem 1.947.368 hectares. Na fronteira dos estados do Pará, Amazonas e Roraima com as Guianas, a Terra Indígena Trombetas/Mapuera, foi declarada com 3.970.418 hectares de área. Por fim, Roraima teve duas portarias declaratórias, que totalizam uma área de 1.773.559 hectares, entre elas a da Raposa Serra do Sol, com 1.743.089 hectares de área.

Na Região Sul, foram assinadas quatro portarias, que juntas somam uma área de 41.927 hectares, beneficiando comunidades locais dos povos Kaingang, Guarani Mbyá e Xokleng nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

O processo para o reconhecimento de Terras Indígenas é minucioso. Primeiro, é feito o trabalho de identificação e delimitação do território indígena; em seguida o presidente da Funai deve aprovar o relatório produzido pelo Grupo de Trabalho (GT) constituído para esse fim; o relatório é, então, publicado no Diário Oficial da União (DOU) e no Diário Oficial da unidade federada correspondente; finalmente, ultrapassada a fase de contestações e negociações com terceiros, o Ministro da Justiça tem até 30 dias para expedir portaria declarando os limites da área e determinando a sua demarcação física.

Terras indígenas homologadas

Feita a demarcação física da Terra Indígena, o procedimento de demarcação é submetido ao Presidente da República para homologação por decreto. O processo administrativo de regularização é concluído com o registro, após 30 dias da publicação do decreto de homologação, no cartório de imóveis da comarca correspondente e no Serviço de Patrimônio da União (SPU).

No primeiro mandato do presidente Lula, foram homologadas 66 Terras Indígenas, totalizando 11.059.711 hectares de área. Considerando os dados disponíveis, pode-se afirmar que, dentre as 66 terras homologadas, somente três tiveram suas portarias declaratórias assinadas no governo Lula. As demais 63 já tinham sido declaradas em governos passados.

Os dois primeiros anos de governo foram os que tiveram o maior número de terras homologadas, sendo 24 em 2003 e 23 em 2004. Nos dois anos seguintes, o desempenho caiu sensivelmente: oito em 2005 e 11 em 2006.

A Região Norte foi, de longe, a região com maior número de terras homologadas (52), que somam juntas 10.735.633 hectares de área - isso equivale a 78,78% do número de Terras Indígenas homologadas e a 97,06% da área total homologada entre 2003 e 2006. Somente o estado do Amazonas soma 34 terras homologadas, com uma área de 4.908.534 hectares. Em Roraima, foram sete terras homologadas – incluída a da Raposa Serra do Sol – que juntas somam 2.395.790 hectares. No estado do Pará, foram homologadas quatro terras, que totalizam 2.772.933 hectares.

A Região Sudeste foi a que teve o menor número de Terras Indígenas homologadas, somente duas, e a menor extensão de área comparativamente com as outras regiões: apenas 6.855 hectares.

Nas Regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste foram homologadas 16 Terras Indígenas, quatro em cada região, que juntas somam 305.874 hectares. No estado do Mato Grosso do Sul, foram homologadas quatro terras dos povos Guató, Terena e Guarani-Kaiowá, num total de 26.950 hectares.

Conclusão

Como se vê, não somente foi reduzido o gasto, isto é, o investimento na regularização das Terras Indígenas ao longo do primeiro mandato do presidente Lula, como também o ritmo de homologações. Considerando o estado lamentável em que se encontra o órgão governamental responsável pela demarcação e fiscalização de Terras Indígenas, a Funai, que enfrenta carências enormes em termos de infra-estrutura logística e recursos financeiros e humanos para implementação de suas atribuições, é necessário e urgente um esforço concentrado no sentido de reverter esse quadro.

É também necessário implementar, imediatamente, algumas recomendações estratégicas contidas no Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial de Política Indigenista, apresentado em dezembro de 2005, em especial a instalação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e a estruturação dos denominados comitês ou comissões distritais, que seriam instâncias responsáveis pela articulação e coordenação conjunta (governo e povos indígenas) das ações de campo dos Ministérios e órgãos vinculados que desenvolvem atividades junto aos povos indígenas.

Ricardo Verдум
Assessor de Políticas Indígena e Socioambiental do Inesc

Tabela 1

**RECONHECIMENTO E HOMOLOGAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS:
DESPESAS NO PERÍODO 2003/2006 ***

Ações na Lei Orçamentária Anual (LOA)	2003	2004	2005	2006**	TOTAL
Fundação Nacional do Índio/ Ministério de Justiça					
Demarcação e aviventação de Terras Indígenas	2.438.366	2.288.134	1.790.528	0	6.517.028
Identificação, delimitação e revisão de Terras Indígenas	2.298.996	1.715.254	1.386.964	0	5.401.213
Demarcação e regularização fundiária de Terras Indígenas	26.566.373	17.427.050	20.330.273	17.157.629	81.481.325
Localização e proteção etno-ambiental de índios isolada e de recente contato	876.491	829.618	778.915	726.759	3.211.783
Regularização e proteção de Terras Indígenas na Amazônia Legal - PPTAL	0	4.455.573	2.775.015	5.706.031	12.936.619
TOTAL	32.180.226	26.715.629	27.061.695	23.590.419	109.547.969

Fonte: Câmara dos Deputados e Senado Federal/SigaBrasil

(*) Valores deflacionados para 2006. Índices utilizados: 1,18685836 (2003), 1,11340497 (2004) e 1,04183568 (2005).

(**) Pesquisa realizada em 31 de janeiro de 2007.

Tabela 2

TERRAS INDÍGENAS HOMOLOGADAS NO GOVERNO LULA (2003/2006)

Data	UF	Terra Indígena	Povos	Extensão (ha)
10/2/2003	MS	Guató	Guató	10.984
	RO	Kwazá do Rio S.Pedro	Kwazá	16.799
	MS	Limão Verde	Terena	5.377
	RS	Nonoai/Rio da Várzea	Kaingang	16.415
	RS	Varzinha	Guarani Mbyá	776
	AM	Paumari do Lago Maranhã	Paumari	118.766
	AM	Jaminawa/Envira	Kulina e Ashaninka	80.618
	AM	Boa Vista	Mura	337
5/5/2003	AM	Lago Manissuã (*)	Paumari	22.970
	AM	Fortaleza do Castanho	Mura	2.756
	AM	Patauá	Mura	615
	AM	Itaitinga	Mura	135
	AM	Apipica	Mura	652
	AM	Padre (**)	Mura	797
	CE	Córrego João Pereira	Tremembé	3.162
	SC	Mbiguaçu	Guarani Mbyá e Nhandeva	59
	MG	Xakriabá Rancharia	Xakriabá	6.798
30/5/2003	RR	Moskow	Wapixana	14.212
6/6/2003	RR	Boqueirão	Makuxi/Wapixana	16.354
24/6/2003	RR	Jacamim	Wapixana	193.493
	RR	Wai Wai	Wai Wai	405.698
	RR	Muriru	Wapixana	5.555
	AM	Cuiu Cuiu	Miranha	36.450
	PA	Badjankôre	Kayapó	221.981
25/2/2004	PA	Munduruku	Munduruku	2.381.795
19/4/2004	AM	Coatá Laranjal	Munduruku	1.153.210
	AM	Fortaleza do Patauá	Apurinã	743
	AM	Igarapé Grande	Kambeba	1.539
	AM	Juma	Juma	38.351
	AM	Porto Praia	Ticuna	4.769
	AM	Tenharim do Igarapé Preto	Tenharim	87.413

(continuação da tabela 2)

Data	UF	Terra Indígena	Povos	Extensão (ha)
	AM	Tupã- Supé	Ticuna	8.589
	ES	Caieiras Velha II	Tupiniquim, M'byá	57
27/10/2004	AC	Alto Tarauacá	Isolados	142.619
	AM	Deni	Deni	1.531.303
	AM	Diahui	Diahui	47.354
	MA	Krikati	Krikati	144.775
	AM	Kumarú do Lago Ualá	Kulina	80.036
	AM	Lago Jauari	Mura	12.023
	AM	Lauro Sodré	Tikuna	9.478
	AM	Nova Esperança do Rio Jandiatuba	Tikuna	20.003
	MS	Panambizinho	Guarani Kaiowá	1.272
	AM	Paraná do Arauató	Mura	5.915
	AM	Rio Jumas	Mura	9.482
	AM	Rio Urubu	Mura	27.354
	AM	Sepoti	Tenharim	251.349
	AM	Tora	Tora e Apurinã	54.961
28/3/2005	MS	Nande Ru Marangatu	Guarani-Kaiowá	9.317
18/4/2005	RR	Raposa Serra do Sol	Makuxi, Wapixana , Ingarikó, Taurepang e Patamona	1.747.464
19/4/2005	MA	Awá	Guajá	116.582
	RR	Tabalascada	Wapixana e Makuxi	13.014
	AM	Espírito Santo	Kokama	33.849
	PA e TO	Maranduba	Karajá	375
	AM	São Sebastião	Kaixana e Kokama	61.058
22/9/2005	AM	Hi-Merimã	Hi-Merimã- isolados	677.840
19/4/2006	AC	Arara do Ig.Humaitá	Arara	87.571
	PA	Barreirinha	Amanayé	2.373
	RO	Rio Omerê	Akunsu e Canoê	26.177
	TO	Inãwebohona	Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro	377.113
	PA	Kuruaya	Kuruaya	166.784
3/11/2006	AM	Cunha Sapucaia	Mura	471.450
	AM	São Francisco do Canimari	Ticuna	3.331
	AM	Maraitá	Ticuna	53.038
8/12/2006	TO	Krahô Kanela	Krahô Kanela	7.722
20/12/2006	PE	Entre Serras	Pankararu	7.550
22/12/2006	SC	Toldo Chimbangue II	Kaingang	954
				11.059.711

Fonte: Instituto Socioambiental (14/02/2007)

(*) Já homologada com 11.230 ha.

(**) Já homologada com 391 ha.

Tabela 3
TERRAS INDÍGENAS DECLARADAS NO GOVERNO LULA (2003/2006)

Data	UF	Terra Indígena	Povos	Extensão (ha)
14/8/2003	SC	Ibirama/La/Klãnô dos Xokleng	Xokleng	37.018
9/10/2003	PA	Bau dos Kayapó	Kayapó	1.543.460
28/11/2003	RS	Cantagalo	Guarani-Mbyá	424
9/3/2004	PA	Barreirinha	Amanayé	2.400
26/3/2004	AM	Maraitá	Ticuna	54.000
21/9/2004	PA	Apyterewa	Parakanã	773.000
	AM	Apurinã do Igarapé Mucuí	Apurinã	73.000
	AM	Banawa	Banawa	195.700
	PE	Entre Serras	Pankararu	7.750
	BA	Imbiriba	Pataxó	397
	AM	Itixi Miriti	Apurinã	180.850
23/12/2004	RS	Rio dos Índios	Kaingang	715
	SC/PR	Palmas	Kaingang	3.770
13/4/2005	RR	Raposa Serra do Sol	Makuxi, Wapixana , Ingarikó, Taurepang e Patamona	1.743.089
4/7/2005	MS	Yvy-Katu	Guarani Nandeva	9.454
19/9/2005	AM	São Domingos do Jacapari e Estação	Kokama	133.630
	AM	Matintin	Ticuna	20.400
	AM/PA/RR	Trombetas/ Mapuera	Wai Wai, Katuena Hiskariana, etc.	3.970.418
23/6/2006	RR	Anaro	Wapixana	30.470
24/11/2006	PA	Las Casas	Kayapó	21.100
18/12/2006	AM	Tenharim/Marmelos (Gleba B)	Tenharim	473.961
	CE	Pitaguary	Pitaguary	1.735
	AM	Balaio	Tucano e outros	255.823
	AM	Tabocal	Mura	907
	MS	Arroio-Korá	Kaiowá e Nandeva	7.205
	PA	Xipaya	Xipaya	178.624
	AM	Lago do Marinheiro	Mura	3.500
	AM	Uneiuxi	Maku Nadeb	554.332
	AL	Kariri-Xokó	Kariri-Xokó	4.419
	AM	Sapotal	Kokama	1.265
				10.282.816

Fonte: Instituto Socioambiental (14/02/2007)

EXPEDIENTE


INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos - End: SCS - Qd. 08, Bl B-50 - Salas 431/441 Ed. Venâncio 2000 - CEP: 70.333-970 - Brasília/DF - Brasil - Fone: (61) 3212 0200 - Fax: (61) 3212 0216 - E-mail: protocoloinesc@inesc.org.br - Site: www.inesc.org.br - Conselho Diretor: Armando Raggio, Caetano Araújo, Eva Faleiros, Guacira Cesar, Iliana Canoff, Jean Pierre, Jurema Werneck, Padre Virgílio Uchoa, Pastor Ervino Schmidt - Colegiado de gestão: Atila Roque, Iara Pietricovsky, José Antônio Moroni - Assesores/as: Alessandra Cardoso, Edélcio Vigna, Eliana Magalhães, Francisco Sadeck, Jair Barbosa Júnior, Luciana Costa, Ricardo Verdum - Assistentes: Álvaro Gerin, Ana Paula Felipe, Lucídio Barbosa - Jornalista responsável: Luciana Costa - Projeto gráfico: DataCerta Comunicação - Diagramação: Ivone Melo